



SUICÍDIO E SOFRIMENTO SOCIAL NO CAPITALISMO: DESEMPREGO E EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i58.15857>



Fernanda Nunes da Rosa Mangini

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – Brasil

Igor Sastro Nunes

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – Brasil



Resumo

O suicídio é considerado um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mas pouco se estuda qual a ligação desse fenômeno complexo junto as expressões da questão social. Este trabalho tem como objetivo compreender a influência do capitalismo no adoecimento da classe trabalhadora e de que forma as expressões da questão social influenciam no desejo de morte do trabalhador. Tendo como resultados o entendimento de que as expressões da questão social produzidas pela sociedade capitalista têm forte influência no desejo de morte dos trabalhadores, sendo necessário além de respostas individuais, respostas coletivas de enfrentamento a essa demanda.

Palavras-chave: Suicídio. Desemprego. Questão Social. Capitalismo.

Introdução

O suicídio é um fenômeno complexo no qual estão envolvidos determinantes sociais, econômicos, psíquicos e culturais. Este ensaio parte do pressuposto de que o modo de produção e organização social interfere no desenvolvimento do sofrimento social que desencadeia a ideação, a tentativa e o suicídio propriamente dito. Diversos estudos têm apontado que a sociedade pode atuar como fator de proteção ou de risco, sendo que o número de casos de suicídio aumenta nos períodos de crise social e econômica (BOTEGA et al, 2006; CASSORLA, 2017). As crises, entretanto, ao invés de serem uma exceção são a regra sobre a qual o sistema produtivo hegemônico está assentado. O capitalismo como sistema produtivo hegemônico na

maior parte dos países do mundo vem produzindo uma série de crises cíclicas que formam parte das condições de perpetuação desse sistema (NETTO, 2012).

Este ensaio visa analisar como as metamorfoses sociais das últimas décadas podem contribuir para a elevação do sofrimento social, especialmente o suicídio, como manifestação mais profunda desse sofrimento. Trata-se de um estudo fundamentalmente teórico baseado em revisão bibliográfica que parte do entendimento de que as transformações que se gestaram na sociedade capitalista, especialmente, a partir dos anos 1970 têm um papel significativo no adoecimento social da população. O trabalho como esfera fundante do ser social possui centralidade, pois é através dele que os seres humanos satisfazem necessidades e se constituem como seres sociáveis. O trabalho tem, então, uma conexão profunda com a subjetividade e a identidade social de cada sujeito. Logo, se o trabalho se torna um campo precário, o mesmo tem um peso significativo na saúde mental do sujeito.

A ideia de que o trabalho exerce influência nas questões psicossociais dos trabalhadores era fortemente refutada pelo modelo biomédico e nos dias atuais ainda se faz um assunto com pouca visibilidade. O modelo biologicista restringe os fenômenos sociais unicamente ao campo cerebral e orgânico, isolando o contexto social do sujeito que pode vir a ter influência no seu adoecimento (VIAPIANA; GOMES; ALBUQUERQUE, 2018). Nesse sentido, a relação entre saúde mental e trabalho pertence a um campo complexo e ainda pouco estudado, demandando interdisciplinaridade entre os campos envolvidos, como a psiquiatria, a economia política, a biologia, a sociologia, a antropologia, a psicologia, entre outras. (SILVA, 1987).

O referencial teórico-metodológico marxista dá respaldo para as análises do presente trabalho. Embora Marx (2006) não tenha sido um autor dedicado ao estudo exclusivo do suicídio, possui escritos sobre esse fenômeno, entre eles o escrito “Sobre o suicídio” por meio dos quais define o suicídio como um sintoma da desorganização social e das lutas de classes a partir do estudo de relatos e casos de suicídios. O autor também observa como causa do suicídio a melancolia ligada aos maus tratos, a injustiça e a opressão, seja ela de pais, maridos, patrão ou qualquer um que detenha uma relação de dependência. A diferença desse referencial é que o suicídio não é visto como derivações de uma “natureza” humana ou apenas como um ato espontâneo de determinado indivíduo. As escolhas das pessoas, nos casos concretos analisados, são vistas a partir da totalidade social na qual se encontram inseridas.

A hipótese deste trabalho é que as metamorfoses sociais experimentadas pela sociedade capitalista das últimas décadas ampliam os riscos de suicídio, que está diretamente

correlacionado com as expressões da questão social¹, principalmente o desemprego. O conceito de questão social permite apreender as contradições tecidas na sociabilidade capitalista, recuperando as mediações entre indivíduo e sociedade, assim como, entre subjetividade e sociedade. A questão social não se refere somente a explicitação dos conflitos entre capital e trabalho, como as manifestações e revoltas sociais, mas também ao consenso e adesão passivos do indivíduo ao instituído, que tem impactos no campo da subjetividade, apontado para o sofrimento social como vivência da alienação (IAMAMOTO, 2001; NETTO, 2001; SANTOS, 2012).

Cabe situar, portanto, de que forma o suicídio pode estar relacionado às expressões da questão social, especialmente, o desemprego, que compreende também o trabalho informal e precário (SANTOS, 2012). O desemprego conjuntural e estrutural é uma realidade que cresce nos países capitalistas, independente da sua condição de desenvolvimento. Na esfera particular e subjetiva, é vivido, muitas vezes, de forma silenciosa e passiva, como uma responsabilidade do indivíduo, sinal de fracasso, de incompetência, deixando de ser percebido como um resultante das contradições sociais, da incorporação da tecnologia nos processos produtivos e da precarização das condições de trabalho (SANTOS, 2012).

Este ensaio está organizado em duas partes: a primeira se constrói a partir do debate sobre como as crises do capital desencadeiam o sofrimento social no trabalhador, tendo um olhar sobre como a organização da sociedade capitalista cria um terreno fértil para o adoecimento social; no segundo momento o ensaio discute como as múltiplas expressões da questão social provenientes da organização capitalista de nossa sociedade influenciam no desejo de morte da população. Entre as múltiplas expressões da questão social peso e relevância é dado ao desemprego, como um dos fenômenos correlacionados ao suicídio na cena contemporânea.

1 Crises que desencadeiam outras crises: capitalismo e sofrimento social

O capitalismo como um sistema predatório que produz acumulação de riqueza na mesma velocidade que amplia a pobreza e a destruição humana e do meio ambiente tem produzido sucessivas crises que nada mais são do que parte da sua dinâmica contraditória de expansão. Ou seja, o capitalismo é um sistema social cujas crises estão assentadas na

¹ As expressões da questão social são os frutos das desigualdades sociais da sociedade capitalista, não apenas das desigualdades econômicas, mas também de poder que foram se construindo ao longo do tempo junto ao capital econômico das classes dominantes como um impulsionador da discriminação e da exclusão social. Os processos de resistência às desigualdades colocadas também são parte da questão social. (IAMAMOTO, 2001; NETTO, 2001).

contradição entre a apropriação privada da riqueza e a satisfação de necessidades humanas (NETTO, 2012). Não se trata apenas de crises financeiras, mas crises de valores éticos, sociais e humanos que produzem descrença, desconfiança e medo ante ao futuro.

A expressão cultural mais evidente dessas crises acontece no seio da própria Modernidade, que sequer se consolidou. O iluminismo² como expressão mais fiel da Modernidade pressupunha que as luzes da razão levariam ao desenvolvimento de toda a sociedade. Entretanto, a notória expansão da ciência e da tecnologia não redundou na melhoria das condições sociais e do meio ambiente para toda a humanidade. Esse advento abriu espaço para um movimento cultural que denominou a referida era de pós-modernidade. O movimento se valeu dos fracassos sociais e humanos da ciência, da tecnologia e do socialismo soviético para sustentar a descrença nos projetos societários, nas grandes ideologias, na racionalidade humana, entre outros (HARVEY-, 2007; LYOTARD, 1998).

Assim, o cenário de insegurança e incerteza produzido por uma sociedade na qual a acumulação da riqueza cresce na mesma proporção que o acúmulo da pobreza, conduziu a uma perda de confiança na razão e nas capacidades de o ser humano construir uma vida melhor para todos. Na esfera cultural, essa crise tem impactos sobre a confiança do ser humano no mundo, resultando na desconfiança, na incerteza, no medo, além de desamparo, desesperança, alguns dos “des” que configuram as crises daqueles sujeitos que pensam ou tentam suicídio. Esses sentimentos de desamparo, desespero, desesperança, desalento são considerados fortes indicativos do risco de suicídio pela literatura especializada (WERLANG; MACEDO; KRUGER, 2004)

Na esfera econômica, as crises envolvem a superprodução e o baixo crescimento, a falta de áreas para investimento, entre outros. A volatilidade do capital financeiro e suas bolhas especulativas também contribuem para a formação de sucessivas crises, tal como a crise de 2008. A acumulação é uma condição inerente ao sistema capitalista que precisa expandir continuamente a exploração da força de trabalho para gerar mais-valia. O divisor de águas na maneira como o trabalho e a sociedade se organiza fora estabelecido em meio a crise capitalista que ocorreu em meados dos anos 1970. Essa crise determinou uma mudança para um modelo de gestão assentado na flexibilidade³ das formas de trabalho e de toda a cadeia produtiva.

² O projeto iluminista era centrado em três pilares: domínio da natureza, perfectibilidade humana e governo racional. Porém, durante a efetivação desse projeto, os pilares foram trabalhados paralelamente tendo como resultado uma nova crise.

³ Acumulação flexível faz parte de uma reestruturação produtiva que se iniciou com o esgotamento do taylorismo/fordismo, tendo como influência o toyotismo. Esse novo modelo de produção está pautado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo. (HARVEY, 2007)
Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 58, p.<154-171>, jan./jun. 2021

Os processos de flexibilização permitem um maior controle sobre o trabalho, gerando mais pressão e repressão aos trabalhadores (HARVEY, 2007). Com a flexibilização, a palavra de ordem do setor produtivo passa a ser o enxugamento de custos, não apenas com insumos, mas também com força de trabalho. O desemprego é uma das grandes marcas dessa mudança de modelo produtivo que, impulsionada pelas inovações científico-tecnológicas, tem repercussões para os que se mantêm empregados (aumento da competitividade, das exigências de qualificação e de formação) e para aqueles que estão desempregados (exclusão, trabalhos precários, deterioração das condições sociais e psíquicas).

Com os novos processos organizacionais de trabalho, conforme Netto e Braz (2012), surgiu a necessidade de os trabalhadores serem polivalentes e terem uma alta qualificação para desempenhar as diversas atividades no campo de trabalho. O aumento das pressões por resultados e das exigências nos contextos de trabalho chegam a tal ponto que se traduzem em metas impossíveis de serem alcançadas, o que Souza Filho e Gurgel (2016 apud GOUNET, 2002) chamam de *management by stress*. É a legitimação de um modo de trabalhar que responsabiliza o trabalhador pela produção e leva ao adoecimento⁴.

Segundo Antunes (2015), esse “avanço” da flexibilização do trabalho tem como resultado uma terceirização do trabalho que tem produzido altos índices de acidentes no âmbito de trabalho e óbitos, além de altos índices de adoecimento social, cuja expressão mais contundente é o suicídio no local de trabalho. Antunes (2015) traz a perspectiva de que o processo de flexibilização também auxiliou na ruptura da organização e solidariedade dos trabalhadores, sendo esse um dos panos de fundo do adoecimento da classe trabalhadora. Segundo o autor, os índices de suicídio dentro desses espaços eram menores no período que antecede aos anos 1980.

O suicídio é visto por Antunes (2015) como o reflexo da danificação do trabalho sob a lógica da flexibilização, que tem como consequências mais diretas a terceirização, o desemprego, a pressão por resultados, a constante insegurança e instabilidade laboral, a instauração da competição no local de trabalho, fortalecida pela perda dos laços de solidariedade entre os trabalhadores, entre outros. Assim, o suicídio e os demais sofrimentos

⁴ A responsabilização do sujeito e individualização das expressões da questão social é um aspecto que merece atenção, pois do ponto de vista cognitivo, o comportamento suicida é caracterizado por pensamento dicotômico e rigidez (WERLANG; MACEDO; KRUGER, 2004). As situações da vida percebidas como “fracasso” pelos sujeitos que tem comportamento suicida são experimentadas com muito sofrimento, pois não há um meio termo entre o sucesso e o fracasso na linha de raciocínio. Seja como for, há dificuldade de enxergar soluções para os problemas e uma das principais tarefas do profissional de saúde é auxiliar esses sujeitos a encontrar respostas que não são apenas individuais, mas também coletivas.

sociais são respostas às más condições de trabalho e o controle perverso dos patrões sobre a vida e a subjetividade dos trabalhadores.

Tanto o trabalho precário quanto o desemprego são compreendidos como faces da mesma moeda, uma vez que a informalidade, os contratos de trabalho temporários e instáveis nada mais são do que expressão massiva do desemprego. (SANTOS, 2012).

A flexibilidade redundou em condições de trabalho precárias (a exemplo do trabalho doméstico, terceirizado, temporário, informal). Trata-se de trabalhos mal remunerados, insalubres, desprovidos de qualquer tipo de proteção laboral e social nos quais predomina a insegurança e instabilidade, da ocupação e da renda para a manutenção do próprio sustento e da família. São trabalhos que ainda é difícil de se exercer um controle, sendo que muitas das vezes, o trabalhador recebe seu pagamento por número de peças que produz, o que impele a trabalhar muito além do tempo de uma jornada normal de trabalho para obter seu sustento.

O excesso de disciplina sobre as relações de trabalho aliada as pressões por resultado e a crescente competição, produzem um estresse constante no trabalhador, gerando angústia, ansiedade e depressão. A competição também promove o individualismo com a consequente ruptura das relações de solidariedade e da perda de vínculos entre os colegas de trabalho, tendo repercussões nos laços comunitários e familiares. Mas o fantasma que assombra os trabalhadores na contemporaneidade de forma que os mesmos se sentem sobrecarregados e em um extremo processo de dúvida sobre a sua situação no mercado de trabalho é o desemprego:

Quem não está desempregado, está com medo de ser demitido. E os empregados com contrato de trabalho estável, têm que suportar uma grande sobrecarga de trabalho e a sua manipulação econômica por conta de interesses poderosos da ordem globalizadora, monopolista, financista e neoliberal (BISNETO, 2007, p. 182).

Segundo Bisneto (2007), essa dúvida que flutua sobre o trabalhador tanto empregado quanto desempregado acaba sendo um produtor dos quadros de depressão, porém, o processo capitalista nega esse adoecimento por meio do trabalho ou falta dele, colocando como resposta apenas os fatores biológicos. Além da depressão outras manifestações de sofrimento social também podem ser citadas, como o estresse, a síndrome de *burnout*, o consumo de drogas lícitas e ilícitas, como os psicofármacos, entre outros transtornos de humor, que justamente nas últimas décadas aparecem com bastante intensidade nos quadros de saúde.

A forma da monopolização da ordem econômica desencadeia processos de adoecimento social por meio do controle físico e mental do trabalhador, que dispõe de pouco tempo para pausas e repousos ou mesmo para lazer e atividades sociais (aspecto fundamental de preservação da saúde mental). O controle mental se refere ao consenso e a adesão do trabalhador às mudanças organizacionais, tornando-o responsável pelos resultados alcançados. Trata-se de
Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 58, p.<154-171>, jan./jun. 2021

uma tentativa das organizações de obter fidelidade dos trabalhadores as suas propostas organizacionais. Essas propostas nem sempre vão ao encontro com os códigos éticos e valores dos trabalhadores, colocando-os em um processo subjetivo difícil e conflituoso.

O processo de alienação⁵ produz o adoecimento dentro do sistema capitalista quando o trabalhador já não se reconhece mais dentro do seu próprio processo de trabalho. Não se percebendo mais como um sujeito de direitos, tampouco como um ser útil à sociedade, o trabalhador acaba por se encaixar em uma lógica produtivista, na qual precisa produzir para sobreviver, sob o risco de ser descartado pelo desemprego. Esse processo vai na direção do que afirma Cassorla (2017), para quem a sociedade está sendo morta por uma parte dela mesma, isto é, uma parte da sociedade mata as potencialidades de outra parte, como faz a burguesia que em nome do processo de acumulação capitalista mata as potencialidades dos trabalhadores, os levando ao suicídio.

O adoecimento social do trabalhador está ligado diretamente com a forma que o capital de tempos em tempos organiza a forma de trabalho, a pressão por metas, a exigência por produtividade posta não só pelo patrão, mas também pelos colegas e pelo próprio sujeito. As mudanças de forma abrupta no ambiente organizacional das empresas e a alta cobrança por qualificação imediata devido ao aumento de tecnologia nas empresas tornam o trabalho um terreno fértil ao adoecimento social. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2000) afirma que 30% dos trabalhadores de países industrializados sofrem com algum tipo de sofrimento. No Brasil, em 2018, foram liberados 10.537 benefícios auxílio-doença acidentário concedido a pessoas com transtornos mentais e comportamentais (BRASIL, 2018).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil está entre os dez países com mais casos de suicídio no mundo. O suicídio foi responsável por 800.000 mortes em 2016 no mundo (WHO, 2016), sendo que nesse ano, o Brasil contabilizou 6,5 das mortes por suicídio em cada 100 mil habitantes (WHO, 2016). Esses números podem ser ainda maiores quando pensamos que existe um grande problema sobre a subnotificação dos casos de suicídio, que envolvem tanto a falsificação do óbito pela questão do estigma dos familiares que pedem as autoridades para não colocarem como causa da morte o suicídio quanto o registro como causa secundária, sendo notificado como uma lesão ou trauma da tentativa e não a tentativa em si (CASSORLA, 2017).

⁵ A alienação transforma o homem em “um animal desnaturalizado” fazendo com que o mesmo não se perceba mais como ser humano, não perceba o sentido do seu trabalho. A alienação causa uma fragmentação do ser humano, um certo distanciamento do mundo real, das coisas que ele cria e também de si mesmo. (MARX, 2004) *Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 58, p.<154-171>, jan./jun. 2021*

O boletim epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (2019) analisou o perfil epidemiológico dos casos notificados de violência autoprovocada e óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil no período compreendido entre 2011 a 2018. Segundo o boletim, em 2018, os dados de suicídio aumentaram 21% em comparação com os dados de 2011, mas esse aumento não é interpretado como um aumento concreto das tentativas de suicídio, e sim, como uma melhor captação epidemiológica das tentativas de suicídio.

O mesmo boletim aponta que jovens de 15 a 29 anos são os que mais tentaram suicídio no Brasil em 2018, sendo a segunda maior causa de mortalidade nessa faixa etária. Esse segmento etário é o mesmo que apresenta o maior desemprego “ampliado”, categoria que inclui as pessoas que desistiram de procurar emprego por não encontrarem, mas gostariam de estar trabalhando, segundo Nery, Tenoury e Shikida (2018). Esses dados correlacionados sugerem que o segmento jovem e jovem adulto, que se encontra em uma etapa da vida de preparação para o ingresso e entrada no mercado de trabalho é um dos mais suscetíveis ao suicídio devido ao desemprego.

Assim, como a grande depressão de 1930, para Cassorla (2017), em épocas de depressões econômicas, o índice de suicídio tende a aumentar. Com o avanço e a continuidade das crises cíclicas do capitalismo, outras crises tendem a se instaurar, crises familiares, desemprego, uso abusivo de álcool e outras drogas, expressões da questão social que acabam resultando em ideações e tentativas de suicídio. Porém, na esteira de Silva (1987, p. 225), não é suficiente dizer que o capitalismo determina o suicídio, entre outras formas de adoecimento. “É necessário investigar, como aparecem essas relações de poder, como estão sendo reproduzidas e como determinam a natureza da morte e da enfermidade na sociedade”. É com esse propósito que buscamos situar as relações entre o suicídio e as expressões da questão social na próxima seção.

2 O suicídio e as expressões da questão social na sociedade brasileira

Segundo o Manual para Profissionais da Saúde em Atenção Primária: Prevenção do Suicídio da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2000), a maioria dos que cometem suicídio passaram por acontecimentos estressantes nos três meses anteriores ao suicídio, como problemas financeiros e no trabalho. Esse manual usa como exemplos a perda do emprego, a

aposentadoria, dificuldades financeiras, além de rápidas mudanças políticas e econômicas na sociedade como acontecimentos estressantes.⁶

O referido manual apresenta que a maioria das pessoas que cometeram suicídio tem um transtorno mental diagnosticado, sofre ou já sofreu de depressão, ansiedade e faz uso de álcool e outras drogas, mesmas problemáticas que aparecem quando debatemos o adoecimento do trabalhador. O manual também traz como fatores estressores que podem impulsionar o desejo de morte problemas financeiros, crises econômicas, desemprego, problemas no trabalho como dificuldades para ter um desempenho considerado bom no trabalho, rápidas mudanças políticas e econômicas.

O estudo de Silva (1997) demonstra como o desemprego repercute na subjetividade. Para a autora, a rejeição sentida pela perda do emprego é reatualizada a cada nova tentativa frustrada de busca de um emprego. Em sua visão, o desemprego de longa duração é ainda mais grave, pois o tempo de desemprego é diretamente proporcional aos sentimentos de tristeza, insônia, irritabilidade e ao isolamento social. Nesses casos, o isolamento social está relacionado ao constrangimento da perda do emprego, aos sentimentos de vergonha e humilhação.

Além disso, quanto maior o tempo de desemprego maiores as chances de aumento da vulnerabilidade socioeconômica e de conflitos familiares, aspectos que tendem a reforçar o isolamento social e a solidão. Há ainda a negação da situação de desemprego pelos sujeitos que a vivenciam por meio de artifícios como um trabalho precário, um estágio ou uma doença. A referida autora cita o estudo de Angerami de 1984 em Pronto Socorros na cidade de São Paulo que aponta a ocorrência de tentativas de suicídio associadas ao desemprego.

Outro estudo de Santos (2011 apud PRATES, 2014) mostra a situação de trabalhadores que ao ficarem desempregados por longo período fingiam ir trabalhar para esconder a situação da família e da vizinhança por vergonha e humilhação. Assim, as repercussões sobre a identidade que se constrói fortemente pelo trabalho, em meio a uma sociedade que ainda possui códigos morais arcaicos da ausência de trabalho como expressão de preguiça e vadiagem, merece especial atenção, especialmente, o risco de suicídio correlacionado ao desemprego. (SILVA, 1997).

Para Alves (2011), o trabalho tem influência nas demais áreas da vida do sujeito ao pensar que a precarização do trabalho não afeta apenas o trabalho em si, mas também se

⁶ Em 2019 foi criado em Porto Alegre no Rio Grande do Sul a campanha de prevenção de suicídio #GENTEAJUDANDOGENTE que tem como objetivo conscientizar a população sobre os sinais que as pessoas com ideação suicida mostram antes de ir ao ato. A campanha também visa apresentar os diversos motivadores do suicídio que são os mais variados e vão do desespero à depressão, do desemprego ao desamor.

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 58, p.<154-171>, jan./jun. 2021

expande criando uma crise de vida pessoal do sujeito, uma crise em sua sociabilidade e a crise de auto referência pessoal, que o autor chama de tríplice crise da subjetividade humana. Um estudo qualitativo com moradores em situação de rua demonstra o valor do trabalho na sociedade. A falta de trabalho remete à perda da identidade, das condições de vida e da autoestima, chegando a ser comparada à morte para esses sujeitos.

Por outro lado, ter trabalho significa:

Possibilidade de “estar bonito e ser admirado”, “trabalho é coisa linda, é tudo, é vida”, “trabalho é essencial ao homem, para sentir-se bem em qualquer lugar”, “trabalho é independência, é ter direitos e andar arrumado”, “trabalho é entrar na sociedade, é não ser marginal” (ABREU, PRATES et al., 2000 apud PRATES, 2014, p. 5).

Para Santos (2012), o desemprego é a principal expressão da questão social no Brasil. A autora recupera traços da formação sócio histórica brasileira mostrando como a informalidade e as formas de trabalho precárias sempre estiverem presentes, desde os tempos da abolição da escravidão, reforçando os traços da cultura política arcaica do país como o clientelismo e o paternalismo.

Na sociedade brasileira contemporânea, o desemprego se agrava. Os números do emprego formal com carteira assinada permanecem reduzidos, ao passo que se amplia o trabalho autônomo, precário e informal, como manifestações contemporâneas do desemprego. Segundo análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD contínua), o trabalho formal no Brasil aumentou 0,1 milhão desde 2017, em contrapartida, o trabalho sem carteira assinada/informal aumentou 0,6 milhões (IBGE, 2020).

Essa conjuntura se dá em meio a abolição de parte dos controles do Estado sobre as legislações e direitos trabalhistas para garantir a necessária liberdade de mercado ao padrão de acumulação flexível. O avanço do neoliberalismo e do ideário de Estado mínimo no mundo, mas principalmente no Brasil, atacou diretamente os direitos da classe trabalhadora, principalmente, com o desmonte da previdência, o que contribuiu para reforçar o sentimento de desproteção e desamparo do trabalhador e de sua família.

Acrescenta-se à situação de desemprego, logo, de desproteção e de desamparo, o agravamento da pobreza e da miséria que demarcam as desigualdades e opressões de uma classe sobre outra, levando ao sofrimento social e ao suicídio (MARX, 2006). A falta de capacidade de se ter outra motivação na vida além de se manter vivo e não ter os meios para realizar esse fim ou ter dificuldade de acessar esses meios cria um terreno extremamente fértil para o adoecimento (CARMO, 2013). O Brasil possui uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo, em contrapartida às políticas neoliberais dos últimos anos indicam que aumentou o

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 58, p.<154-171>, jan./jun. 2021

número de pessoas na linha da extrema pobreza. Segundo dados do IBGE (2019), a extrema pobreza no Brasil vem aumentando ao longo dos anos e já soma 13,5 milhões de pessoas sobrevivendo com até 145 reais mensais.

A realidade brasileira confronta a classe trabalhadora com altos preços de suprimentos básicos para a sobrevivência como alimentação, medicação, luz e água, precarização e dificuldade no acesso à saúde. Com a destituição dos direitos sociais básicos como a alimentação, saúde e moradia que se encontram basicamente em um processo de decomposição perante ao capital, exigir que o trabalhador que depende dessas políticas sociais e, muitas vezes, não tem acesso as mesmas, não adoeça e/ou siga produzindo é inviável. As condições sociais se tornam ainda mais desafiadoras com a associação da extrema pobreza ao trabalho precário, manifestação oculta do desemprego.

O incremento das forças produtivas por meio da introdução maciça de tecnologia nos processos produtivos, associada a técnicas de gestão supra citadas que visam ampliar a produção e reduzir custos, sobretudo, com força de trabalho humano, resulta na desqualificação do trabalho, no aumento do desemprego e, conseqüentemente, das expressões da questão social. Esse processo que é social e não apenas tecnológico ainda não é visto como um fenômeno coletivo, que demanda intervenção do Estado por meio das políticas públicas. Assim,

faz-se necessário também lembrar os novos desafios colocados pelas condições de vida cada vez mais deterioradas, num contexto histórico em que tantas pessoas passam a ser consideradas “inúteis para o mundo”, pois a velha distinção entre aptos e inaptos para o trabalho se esgarça, ampliando a importância numérica e social do segundo termo, que inclui agora uma massa de trabalhadores excedentes, sem trabalho e sem lugar nesse novo mundo globalizado, a quem a inatividade e a inutilidade são impostas e os serviços sociais públicos de países de capitalismo periférico tendem a ignorar (ROSA, 2002, p. 286).

Essa massa sobrando é destituída do acesso ao trabalho e ao emprego por meio de um processo que é compreendido como natural e inexorável. As conseqüências, porém, estão se dando de forma subjetiva, individualizada e, na maioria das vezes, silenciosa, adquirindo caráter público apenas nas estatísticas. Trata-se de inserir o questionamento se as expressões da questão social serão alvo de intervenção psiquiátrica ou se encontrarão outros canais de encaminhamento.

A instabilidade e a pressão para se manter no emprego, assim como, o medo do desemprego trazem problemas como insônia, irritabilidade e desânimo. O sofrimento psíquico é acentuado quando há a necessidade de se manter em um trabalho mal remunerado, com muitas pressões para produção e competitividade entre os trabalhadores. A sociedade endossa a culpabilização pela perda do emprego que é vivenciada como uma responsabilidade do trabalhador. O desemprego produz um sofrimento social intenso que pode levar ao suicídio

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 58, p.<154-171>, jan./jun. 2021

como uma forma de escape das engrenagens sociais, não porque o indivíduo deseja morrer, mas sim porque ele deseja um alívio para seu sofrimento, conforme Cassorla (2017).

Assim, o suicídio pode ser compreendido como uma forma de protesto e reação individualizada a essas mesmas desigualdades, que são canalizadas para a esfera mais íntima e particular do sujeito⁷. Portanto, cabe discutir o suicídio na relação com as expressões da questão social a fim de tirá-lo do silêncio e de invisibilidade que tem sido colocado, como fruto de uma tragédia na vida do sujeito, como se esse sujeito estivesse apartado das relações sociais. Silva (1987) citando pesquisas com pessoas desempregadas ao longo de vários anos aponta para o isolamento social, a perda do sentido existencial, a vergonha e a revolta pela exclusão do mercado formal de trabalho. Também aponta para a raiva e a revolta que são deslocadas para auto-agressão, para os conflitos familiares em vez de serem canalizadas para uma atuação organizada e voltada para combater as reais causas do desemprego.

Encontrar respostas coletivas para enfrentar o suicídio se torna urgente e necessário, em vista da proporção que o fenômeno adquire em escala mundial e a compreensão equivocada de que o suicídio provém de causas eminentemente patológicas e individuais. O serviço social como uma profissão capacitada para desvelar a realidade social, pode articular possibilidades de cuidado, políticas públicas e serviços no sentido de coletivizar as reais demandas desses sujeitos que apresentam ideação ou tentam suicídio. (IAMAMOTO, 2009). Muitas dessas respostas podem ser de caráter universal, destinadas a toda a população, prevenindo alguns comportamentos autodestrutivos e o desejo de morte. (BERTOLOTE, 2012; GUNNEL et al, 2020).

No campo econômico, é imperativo desenvolver ações e iniciativas governamentais que assegurem minimamente a estabilidade financeira da população. Para além de políticas de transferência de renda, é necessário criar possibilidades no campo do trabalho. A facilitação do acesso ao trabalho e aos estudos é uma política pública de extrema importância na prevenção do suicídio, sendo o assistente social um importante profissional na articulação e na construção dessas políticas, visto que o serviço social é uma profissão capacitada para compreender as demandas da população e articular as mesmas junto a políticas públicas.

Nessa mesma linha é necessário articular ações profissionais junto aos conselhos de direitos e movimentos sociais para que os mesmos possam organizar as demandas referentes às

⁷ Em seu livro da fuga ao suicídio, José Alípio Goulart (1972) ao trabalhar as questões da escravidão menciona o suicídio como o ato mais violento entre os escravos, mas também como o ato de mais rebeldia, o mesmo demonstrava um ato de protesto e vingança contra o senhor dono dos escravos que se matava. Marquetti e Marquetti (2017) ao discutir em seu ensaio o suicídio e a questão de gênero o situa como um ato de rebeldia e de recusa da mulher ao papel imputado a ela pela sociedade patriarcal.

questões que envolvem o suicídio. Vale lembrar que, historicamente, a saúde mental teve seus avanços ligados à mobilização de trabalhadores do campo, usuários e familiares. Essa mobilização é necessária não apenas para a organização dessa demanda, mas também para a publicização da mesma, haja vista que no imaginário coletivo o suicídio diz respeito apenas aos transtornos mentais ou questões psicológicas, nos quais a medicalização e a clínica psi se colocam como a única alternativa.

A educação em saúde, de forma ampla e coletiva junto a população em geral, mas principalmente em comunidades onde o acesso a informação é restrito, se constitui uma ação potente. Segundo a OMS (2006), a informação e a mobilização das comunidades sobre a pauta do suicídio auxiliam tanto na identificação do risco do suicídio quanto na desconstrução do estigma. Essas ações educativas precisam compreender diversos profissionais que, muitas vezes, em suas práticas e cuidados em saúde mental carregam estigmas, medo e culpabilização ao cuidar de usuários que tem ideação ou tentam suicídio, sendo assim, é papel ético e político do Assistente social atuar na eliminação de todas as formas de preconceito e estigma relacionados à questão.

Conclusão

A falta de empregos formais com direitos sociais assegurados e a precarização das condições de trabalho, abarcando o emprego informal, terceirizado, subcontratado, são expressões do desemprego que levam o ser humano ao adoecimento. Quando o trabalho, como sua ferramenta principal de comunicação com o mundo e com o outro não funciona, quando a sociedade produz desemprego em massa e descarta o ser humano do mundo do trabalho como se fosse um objeto ou uma mercadoria, a morte pode parecer uma saída viável.

O trabalho na sociedade moderna impõe barreiras à potencialidade do homem, já que o capital se desenvolve apenas pelo viés econômico. A prioridade é a reprodução do capital e não mais a satisfação das necessidades humanas, assim, limitando a potencialidade do trabalho à uma questão de garantia da sobrevivência (SANTOS, 2014). O trabalho deixa de ser um meio de expansão e realização dos indivíduos sociais para tornar-se expressão de alienação, adoecimento físico e mental. A precarização das relações de trabalho e o desemprego, especialmente, a partir dos anos 1970, rebatem na precarização dos laços sociais e afetivos, levando ao isolamento, à solidão e ao sofrimento social.

Como o desejo de morte é algo multifacetado, as expressões da questão social podem ter influência na sua ocorrência, passando por múltiplos estágios como a ideação, a tentativa e o ato do suicídio propriamente dito. Nessa perspectiva, o ato de tirar a própria vida acaba se

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 58, p.<154-171>, jan./jun. 2021

tornando uma resposta individualizada do sujeito frente a problemas que não são, necessariamente, individuais, como a precarização do trabalho e o desemprego, podendo ser em algumas situações um ato de rebeldia isolado contra as opressões e as anulações da subjetividade que a sociedade capitalista produz. O suicídio surge como uma expressão individual e silenciosa das opressões e desigualdades sociais.

O ato de tirar a própria vida também se configura como uma resposta imediatista, pois na visão de quem deseja a morte, o suicídio se torna a única saída para aliviar o sofrimento vivido. A sociedade capitalista não proporciona tempo, nem espaço em meio à necessidade de produção para a classe trabalhadora conseguir ter acesso as outras possibilidades e alternativas. Assim, o suicídio também se torna uma ação imediatista, porque o sujeito que deseja morte, ele não quer de fato morrer, mas sim acabar com o seu sofrimento.

É necessário resgatar os vínculos de solidariedade da classe trabalhadora corrompidos pelo capital, que fragmenta a organização dos trabalhadores, corroborando com o processo de adoecimento coletivo. Nesse sentido é urgente construir estratégias e alternativas tanto no campo das políticas públicas quanto da mobilização coletiva e organização dos trabalhadores, usuários e familiares de saúde mental, reconhecendo o suicídio como um fenômeno engendrado pela sociedade capitalista nos seus múltiplos momentos de crise, que precisa sair do silêncio e das estatísticas para ganhar visibilidade na esfera pública.

Segundo Morrell (1994 apud Silva, 1997, p. 31), a “efetiva cura de morbidade psíquica resultante de situações de desemprego é [...] um emprego”. De fato, as sociedades de pleno emprego dos anos de ouro do capitalismo demonstraram como trabalho e proteção social são importantes para o crescimento humano. Mas é preciso transcender essa realidade e recuperar o sentido libertário e pleno do trabalho, aquele que dê sentido a vida e que faça valer a pena de ser vivida. Isso pressupõe reaver a maneira como a sociedade se organiza e situa o trabalho, não como fonte de exploração, mas como elemento de satisfação de necessidades e de socialização de riqueza para todos e todas.

SUICIDE AND SOCIAL SUFFERING IN CAPITALISM: UNEMPLOYMENT AND EXPRESSIONS OF THE SOCIAL ISSUE

Abstract

The World Health Organization (WHO) considers suicide to be a public health issue, but very few studies have been made the connection of this complex phenomenon with the expression of social questions. The goal of this essay is to comprehend the influence of capitalism with the sickening of the working class and in what ways does the expressions of the social questions influence the desire to die of the worker. Having as results the comprehensions that the expressions of social questions produces by capitalist society has a strong influence in the desire

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 58, p. <154-171>, jan./jun. 2021

do die by workers, being necessary more than just individual responses, but also collective responses to cope with this demand.

Key-Words: Suicide. Unemployment. Social Issue. Capitalism.

REFÊNCIAS

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, set. 2015.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

BRASIL. Ministério da Economia. Coordenação-Geral de Benefícios de Risco e Reabilitação Profissional. **Acompanhamento Mensal do Benefício Auxílio-Doença Acidentário Concedido Segundo os Códigos da CID-10:** janeiro a dezembro de 2018. Brasília, DF: Dataprev, 2019. Disponível em: http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/11/Acompanhamento-Mensal_Auxilio-Doenca-Acidentario_2018_completo_CID.pdf Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. **Boletim Epidemiológico 24:** Perfil epidemiológico dos casos notificados de violência autoprovoada e óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, 2011 a 2018. Brasília, DF: Ministério da Saúde, v. 50, n. 24, set. 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/images/pdf/2019/setembro/13/BE-suic--dio-24-final.pdf> Acesso em: 08 jun. 2020.

BERTOLETE, J. M. **O suicídio e a sua prevenção.** São Paulo: Unesp, 2012.

BISNETO, J. A. **Serviço Social e Saúde Mental:** uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007.

BOTEGA, N. J. et al. Prevenção do comportamento suicida. **PSICO**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 213-220, set./dez. 2006.

WERLANG, B. S. G.; MACEDO, M. M. K.; KRUGER, L. L. Perspectivas psicológicas. In: WERLANG, B. G.; BOTEGA, N. J. (Orgs). **Comportamento suicida.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

CARMO, R. C. do. **Por um Fio:** o sofrimento do trabalhador na era do capitalismo flexível. Jundiaí: Paco Editorial: 2013.

CASSORLA, R. M. S. **Suicídio:** Fatores inconscientes e aspectos socioculturais: uma introdução. São Paulo: Blucher, 2017.

GOULART, J. A. **Da fuga ao suicídio:** aspectos da rebeldia do escravo no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

GUNNELL, D. et al. Suicide risk and prevention during the COVID-19 pandemic. **Lancet Psychiatry**, jun. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(20\)30171-1/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(20)30171-1/fulltext) Acesso em: 17 jun. de 2020.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=27704&t=destaques> Acesso em: 20 jun. 2020.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, jan./jul. 2001.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MARQUETTI, F. R.; MARQUETTI, F. C. Suicídio e feminilidades. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 49, 2017.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002&lng=en&nrm=iso Acesso em: 21 jun. 2020.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, n. 3, jan./jul. 2001.

NERY, P.F; TENOURY, G. N.; SHIKIDA, C. **Probabilidade de Desemprego por Faixa Etária: Implicações para idade mínima e políticas de emprego**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, nov. 2018. (Texto para Discussão nº 253). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos Acesso em 8 de jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Prevenção do suicídio**: um manual para profissionais da saúde em atenção primária. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2000. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_phc_port.pdf Acesso em: 19 jun. 2020.

OMS. **Prevenção ao suicídio: um recurso para conselheiros**. Genebra, 2006. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf. Acesso em 21 jun 2020

PRATES, J. C. Políticas Sociais e neodesenvolvimentismo: o desafio de formar para além de procedimentalismos. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, jun. 2020.

ROSA, L. C. S. As condições da família brasileira de baixa renda no provimento de cuidados com o portador de transtorno mental. In: VASCONCELOS, E. M. (Org.). **Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 263-288.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social, v. 6).

SANTOS, K. Trabalho como conceito filosófico. **Revista Conhecimento Prático Filosofia**, São Paulo. n. 42, p. 24-35, 2014.

SOUZA FILHO, R.; GURGEL, C. **Gestão democrática e Serviço Social**: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social, v. 7).

SILVA, E. S. Saúde mental e trabalho. In: TUNDIS, S. A.; COSTA, N. R. (Orgs.). **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 217-288.

SILVA, E. S. Trabalho e subjetividade: a interface desemprego prolongado e saúde psicossocial. In: SILVA FILHO, J. F.; JARDIM, S. R. (Orgs.). **A doação do trabalho**: relações de trabalho e o sofrimento. Rio de Janeiro: Té Corá, 1997, p. 19-64.

VIAPIANA, V. N.; GOMES, R. M.; ALBUQUERQUE, G. S. C. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 175-186, dez. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental Health**. Suicide Data. 2016. Disponível em: http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/suicideprevent/en/. Acesso em: 22 jun. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. International Labour Organisation. **Mental health and work**: impact, issues and good practices. Geneva: WHO; 2000. Disponível em: <http://www.mentalhealthpromotion.net/resources/who-mental-health-and-work-impact-issues-and-good-practice.pdf> Acesso em 20 jun. 2020.

Data de recebimento: 13/10/2020

Data de aceite: 12/12/2020

Sobre os autores:

Fernanda Nunes da Rosa Mangini é Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com período de doutorado sanduíche na Universidad de Sevilla (2015). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e Coordenadora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Também atua como Tutora de Núcleo na área de Saúde Mental do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (PRIMIS) da Universidade Federal de Santa Maria. Endereço Eletrônico: fernandapesquisadora@gmail.com

Igor Sastro Nunes é Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), residente em Saúde Mental Coletiva. Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Brasil. Endereço Eletrônico: sastro.nunes@gmail.com